

**Republica versus Monarquia: a luta pela memória
(Poemas, política e memória nos jornais da Corte, 1870-1889)**

Luiz Arnaut*

Resumo: A campanha pela República no Brasil assumiu a forma de uma competição entre monarquistas e republicanos para estabelecer ligações de afinidade ou de oposição entre liberdade e a monarquia existente ou a proposta republicana. A imprensa foi um dos palcos desta luta na forma de publicação de poemas através dos quais vislumbramos um trabalho de construção e outro de desconstrução de um senso comum e de uma legitimidade política. O trabalho de solapar o *locus* do Império, do imperador e da Monarquia passava pela desconstrução da organização da memória e/ou da história. Monarquistas e republicanos justificam a legitimidade de suas propostas na economia do tempo histórico, na construção de uma memória nacional. Os monarquistas apresentavam o Império como o momento da liberdade enquanto os republicanos o retratavam como continuidade do julgo colonial. Assim, este embate assume a forma de uma luta pela memória que contrapõe o Sete de Setembro à Inconfidência Mineira.

Palavras-chave: Memória, República, Monarquia, Imprensa, Poemas

Abstract: The campaign by the Republic in Brazil took the form of a competition between monarchy and establish links to Republicans of affinity or opposition between freedom and the monarchy, or the Republican proposal. The press was one of the stages of this struggle as a publication of poems by which envisioned a work of construction and deconstruction of a another common sense and a political legitimacy. Undermine the work of the locus of the Empire, the emperor and the monarchy was the deconstruction of the organization of memory and / or history. Monarchist and republican justify the legitimacy of its proposals on the economy of historical time, the construction of a national memory. The monarchist had the Empire as the moment of freedom as the Republicans portrayed as the continuity of colonial believe. Thus, this shock takes the form of a struggle for the memory that opposes the Sete de Setembro and Inconfidência Mineira.

Keywords: Memory, Republic, Monarchy, Press, Poems

A campanha pela República no Brasil assumiu muitas formas: manifestos, clubes, partidos, jornais. Todas essas pretendiam explicitar, definir e defender a idéia republicana e a proposição de que ela seria a forma mais adequada de governo para o Brasil. A documentação relativa a essas instituições e manifestações oferece, do ponto de vista do analista, a grande vantagem da origem comum. Existe uma farta documentação que, dada sua dispersão original, tem sido pouco explorada. Nos diversos jornais que circulavam no Brasil na segunda metade do século XIX, a República apareceu como tema constante. Vários deles se organizavam em torno dessa bandeira, dedicando-lhe inúmeros artigos e editoriais, nos quais a temática da

* Departamento de História, Fafich, UFMG. Mestre em História Social (USP).

República foi trabalhada também sob a forma de poemas.

A existência desses poemas decorre da prática dos jornais de dedicarem regularmente um espaço para sua publicação e/ou contar com a colaboração sistemática de um poeta cronista. Sendo assim, o que confere unidade a esse *corpus* documental é o suporte comum (jornais), além de terem sido publicados na mesma conjuntura (final do século XIX) e com a mesma temática.

A campanha política nos jornais representou três rupturas com a política da Ordem Saquarema. A primeira, por defender a república, propondo uma transformação da organização política existente. A segunda, por buscar a ampliação da interlocução política, ou seja, mobilizava os excluídos do jogo político Saquarema. E, por fim, a subversão da atuação do redator da gazeta local. Até então, o redator atuava como agente da centralização, mais poderoso que o empregado público: “Tais redatores não deixavam de contribuir para a superação das concepções localistas e particularistas em proveito de uma concepção de vida estatal, e nestes termos devem ser incluídos entre os agente *públicos*” (MATTOS, 1987:213). A Ordem Saquarema se revelava impermeável e a única possibilidade de participação vislumbrada por aqueles que estavam fora da arena política seria transformação do jogo. Em artigo de 1879, publicado no *Colombo*, Mendonça defendia que “Deante desta barreira insuperável que nossas instituições levantam ás mais altas aspirações da liberdade, que resta aos sinceros, aos francos amigos della? -- Levantar o animo nacional, armal-o com o conhecimento do seu direito, adeantar a hora da reivindicação da justiça.” (MENDONÇA, 1905:23) Em função da impossibilidade de introduzir modificações no edifício político do império, aos marginalizados em relação a Ordem Saquarema restava a alternativa de transpor os limites da política parlamentar e afrontar as próprias instituições (ALONSO, 2002:99-102). Dupla inovação na prática do império, mobilizar a rua para refundar a organização política.

O grande tema que atravessa todos os poemas recolhidos em nossa pesquisa e que pode ser relacionado à discussão política pós-1870 no Brasil é o da liberdade. Todos falam e invocam seu nome: monarquistas, republicanos e abolicionistas. Como é possível que rivais na arena pública se oponham com base no mesmo valor, na mesma idéia? Talvez seja porque, se a palavra é a mesma, a substância ou o conceito de cada um dos contendores seja diferente. Caso clássico de situação de desentendimento segundo Ranciére:

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (1996:11)

Isto porque, em uma comunicação, nos ensina Bakhtin, o que falamos (ou escrevemos) e ouvimos (ou lemos) não são palavras, mas idéias (1999:95). Esta dinâmica pode estar na base da concordância que Bourdieu (1987:207) identifica como subjacente a algumas discordâncias. De um lado há o reconhecimento da importância do valor ou da relação em questão, de outro há a disputa para definir qual dos agentes pode legitimamente falar em seu nome. A disputa em torno de algo sempre revela a cumplicidade quanto ao valor ou importância da coisa ou objeto da contenda.

O fato de o tema da liberdade ser a constante dos poemas nos permite afirmar que havia um litígio em torno de quem poderia falar em seu nome, se os monarquistas, republicanos ou abolicionistas. Por outro lado, havia subjacente a esta unanimidade uma discordância quanto ao significado, fundamentos e defensores da liberdade. Isto é, uma segunda disputa quanto ao seu significado. Se esta é grande questão do período, ela recebe diferentes tratamentos em função da orientação do autor e do sentido que lhe confere

A associação liberdade e monarquia era feita pelos partidários da monarquia, tanto os declaradamente monarquistas quanto aqueles que a aceitavam como dado da realidade. Assim, tanto os que a defendiam como a forma de governo como os que não a colocavam em questão foram responsáveis pela vinculação entre a coroa e a liberdade.

Para além das discussões teóricas e eruditas das academias, clubes e institutos, esta ligação aparecia claramente nos poemas. A construção tinha como ponto de apoio a Independência do Brasil. Nos poemas, o Sete de Setembro é tratado como marco da liberdade em dupla dimensão.

Na sua dimensão negativa, o rompimento com o Portugal e com o estatuto colonial é realçado. Portugal e o ser colônia se aproximariam, pois a ênfase recaía sobre a falta de liberdade do Brasil uma vez que era colônia de Portugal. Assim, o período anterior é caracterizado essencialmente pela falta de liberdade: ser colônia equivaleria a ser não livre. Nesta representação, a colônia seria o Brasil com a ausência da liberdade. A sociedade colonial, em sua especificidade, diversidade e suas vinculações com a sociedade portuguesa, desaparece. A sociedade anterior a 1822 é simplificada e reduzida a única dimensão: não livre, sujeita à dominação portuguesa.

*Do Ypiranga junto á margem
reboou altivo, ingente
o brado nobre, eloquente
que pôz termo á vassallagem
de um povo culto, que n'imagem
da patria – então – alta via
já com sua autonomia!
Pois, dos século o progresso*

*no Brazil já tendo ingresso,
ser livre o Brazil devia!*
(E. N. P. O Globo. Rio de Janeiro. 7 set. 1875. p. 3.)

Nesta construção, percebemos uma noção de continuidade: o Império seria a colônia com liberdade, já que a ausência desta é característica fundamental da sociedade pré-1822. A sociedade brasileira era sempre apresentada como unanimidade, um imenso todo sem fragmentação ou subdivisões. Sendo assim, a permanência da condição de escravizados dos negros a despeito da independência, por exemplo, não é referida. A ênfase recai exclusivamente para a dimensão política (externa) do ser colônia: o Brasil (pensado como composto por brancos livres) sem liberdade. A colônia seria o Brasil dominado, mas, nunca é demais insistir, seria o Brasil. Só os brancos livres podem ocupar a esfera pública e desta feita definem o que é o Brasil: eles próprios.

Se nesta dimensão negativa podemos perceber uma idéia de continuidade histórica, na dimensão positiva do Sete de Setembro há claramente a noção de ruptura. Isto porque nesta dimensão pretende-se afirmar que a independência marcaria o início da era de liberdade do Brasil. O rompimento com Portugal aparece como o momento de fundação de um novo tempo, de conquista e aquisição daquilo que nos faltava: a liberdade. Assim, o evento só institui a novidade por estar no marco da ruptura.

*A aurora radiante da santa liberdade,
Surgio resplandecente nas plagas brasileiras,
Do Ypiranga o grito buscou na immensidade
Um écho ternamente vibrado nas palmeiras.*

*Surgio o sol fulgente da redempção de um povo,
De um povo que era livre, senhor de um emispherio;
A celestina estrella brilhou então de novo,
Mil tabas se formarão n'um grandioso Império.*
(Miguel Dragueiro D. Pedro II. Rio de Janeiro. 18 outubro. 1871. p. 3.)

O Sete de setembro é a própria demarcação de um divisor no tempo histórico, ele expressa e institui a separação entre a história da Colônia e do Império, ou entre a falta e a garantia da liberdade. Nesta leitura/representação, a ruptura novamente só diz respeito à sociedade política concebida como masculina e branca por excelência. A liberdade que nos faltava pode ser reduzida à dominação externa por excluir os que ficavam restritos à esfera do privado: escravizados, pobres e mulheres.

Nesta representação da História do Brasil, a questão central é a da ruptura inaugurada pela independência, na medida em que rompe com a dominação externa. Por decorrência, o

sujeito que ganha a liberdade e passa a viver um novo tempo, em outros patamares, é a nação. É, portanto, a referência a um todo ou coletividade que permite a contraposição ao estrangeiro, externo, a Portugal. A referência externa é que permite contrapor os dois momentos da História entendidos como opostos quando relacionada à entidade nomeada como Brasil. De um lado, temos a percepção de uma coletividade, que, concebida desta forma, não comporta ou não vislumbra subdivisões; de outro temos um contraponto que também é um todo (Portugal).

O Sete de Setembro ganha assim nos poemas um lugar privilegiado a partir do qual podemos vislumbrar toda uma lógica da economia do tempo histórico, bem como a ênfase em um conflito externo que obscurece outros. Momento que indica a passagem e ruptura entre um tempo marcado pela privação e um futuro definido pela autonomia, o Sete de Setembro pode ser compreendido como central nesta construção.

*Um Deus Supremo
mandou e quiz
Que um povo heroico
Fosse Feliz*

*Retumba um grito
De sul ao norte: –
INDEPENDÊNCIA,
Vencer ou morte! –*

*Espanca as trévas
E a escuridade
Brilhante fogo
Da liberdade.*

*Quebram-se os ferros
Da prepotencia,
gritam ousados:
– INDEPENDÊNCIA! –*

(J. Ferreira Villela. O Globo. Rio de Janeiro. 24 set. 1875. p. 2.)

A associação entre a liberdade, que o marco histórico instituiu, e a monarquia, é feita por meio da dinastia. Se o acontecimento é inaugural e pode ser reconhecido como uma passagem de suma importância na nossa História, seus realizadores se tornam heróis fundadores deste novo tempo. Dentre estes, destaca-se a figura de Pedro I, que aparece como o grande responsável pela independência. A centralidade desta figura permite que todas as virtudes e conseqüências positivas de sua iniciativa possam ser transferidas para seus descendentes: a família real, a dinastia de Bragança. Dois deslocamentos de suma importância podem ser vistos aqui. O primeiro é a construção da independência como decorrente da iniciativa real; a segunda é a leitura do Brasil como conduzido à liberdade pelas mãos de um

herói, de um tutor, de alguém que atua em seu nome. Assim, a conquista da liberdade, entendimento da independência, aparece quase como uma dádiva da realeza. O príncipe regente teria nos presenteado com a liberdade e assumido a defesa dos interesses do Brasil diante das pretensões dominadoras das cortes portuguesas, promovendo o rompimento dos laços de subordinação com Portugal.

*Deus te salve, faustoso dia!
Oh, dia bem aventurado
Na história do Brasil,
Eternamente memorado.*

*Eu vos contemplo – Ipiranga
Onde o imortal brado
Saído de régio peito
Nos tem p'ra sempre libertado.*

*Quebrado rolou por terra
Pesado, duro grilhão,
Ouvindo Deus nossos rogos
O Brasil tornou-se nação.
(J. A. de Magalhães. Minas Altiava. 17 de outubro de 1886.)*

Assim, o Império corresponderia ao momento do Brasil moderno, livre e autônomo. Mais do que *um* período desta história ou *uma* forma de governo, o Império seria *a* história do Brasil e *a* forma de governo. A dinastia seria, por conseguinte, a continuidade e parte da liberdade inaugurada em 1822. Em resumo, Império, dinastia, liberdade e Brasil se (con)fundiriam nos poemas através da representações instituintes e instituídas do Sete de Setembro.

Em 1870, através da publicação de seu manifesto, os republicanos aparecem oficialmente na cena política do Império. Se até então, a oposição política se dava sob o regime monárquico, a partir de agora, o próprio princípio monárquico será posto em questão. Assim, o Manifesto pode ser considerado como a entrada na cena pública de um grupo e/ou proposta que contesta não só os governos, os gabinetes, mas o próprio regime político. Este grupo representa uma mudança qualitativa, ou melhor, a entrada de um agente qualitativamente distinto dos demais grupos que se enfrentavam na arena. Esta distinção não resulta de uma superioridade, ou melhor, de uma superior estruturação dos autodenominados republicanos em relação aos luzias (liberais) e saquaremas (conservadores), mas tão somente que possuíam uma diferença radical em relação aos demais partidos e/ou correntes de opinião: se contrapunham à forma da organização política mais do que aos governos. Atacavam o que havia de permanente na ordem saquarema: a organização política do Império, ou seja, o próprio Império.

Os poemas expressam e constituem parte da empreitada de viabilizar a república ou, o que não é o mesmo, mas é igual, desacreditar a monarquia. A grande dificuldade nos parece o fato de que o valor que os republicanos pretendem ser portadores é o mesmo que a monarquia aparece, então, como associada: a liberdade. Assim, a luta política passa por um processo de expropriação, inversão e uma nova economia do tempo histórico.

A expropriação correspondia a uma reconstrução simbólica capaz de retirar da casa dinástica o monopólio da liberdade. Se assim não fosse, a luta contra o regime careceria de justificativa ética e/ou moral. Como lutar contra uma instituição que aparece e é vista como defensora da liberdade? Através da destruição desta identificação, da sua desconstrução. O primeiro embate entre os republicanos e monarquistas foi então para definir quem falava legitimamente pela liberdade, quem poderia apresentar-se (e ser reconhecido) como seu portador e/ou defensor. A disputa primeira foi pela fala legítima e autorizada em nome da liberdade e não relativa ao poder estrito senso (BOURDIEU, 1998:91). Assistimos aqui à cumplicidade ou concordância subjacente à aparente discordância que marca uma época, como aponta Bourdieu. O *desendimento* aqui é exemplar: ambos grupos falam em liberdade mas a entendem de forma distinta.

A expropriação passa pela inversão que pretende transformar a representação da monarquia quando relacionada à idéia de liberdade. Esta representação deveria ser invertida, transformar o Império na sua negação, em ameaça à liberdade e não mais na sua garantia. De outro modo, todo o trabalho consistiria em destruir um senso comum politicamente favorável à Monarquia e substituí-lo por outro, no qual a legitimidade e virtude da casa imperial fossem questionadas e, no limite, desacreditadas.

Este trabalho foi levado a cabo em várias frentes. Uma delas buscou reler o Sete de setembro, apresentando-o como embuste e a falácia.

*Silencio foliões!...
Essa alegria é crime!
O Sete de Setembro a vil mentira exprime:
É a data miseranda em que a grosseira farça
– Independência ou Morte – aparece na praça,
Ao rufo do tambor, ao toque do clarim!
O povo estremeceu!
É que tocava o fim
da velha escravidão e a nova começava!
(...)
Não ouvis reboar o som da artilharia?...
São risos infernaes do tigre Monarchia
Por ter calcado aos pés a aspiração de um povo;
Por ter creado um Rei no vasto mundo novo!
(Já Sei Já Sei. Rio de Janeiro. 7 setembro 1885)¹*

¹ Republicado em *O Constituinte* em 3 de outubro de 1885.

Outra consistiu em denunciar todos os desmandos dos responsáveis pelo regime, seus atos de violência e crueldade, bem como a (falta) de qualidade dos mesmos.

*Eu perdôo teu erro, ó sabio e grande Andrada,
porque o patrio-amor a flamula sagrada
guiou teu pensamento, encheu teu coração,
bem como, além no espaço, aos pés dos altos Andes,
inflamma do Condor as fortes azas grandes
do espaçoso pampa o rigido tufão!*

*Mas tu erraste o alvo o dia em que quizeste
povo e Imperador cobrir co'a mesma veste,
fugindo da anarchia ao vortice... talvez...
Lançaste o teu paiz (fatal, cruel provança!)
às mãos reaes, febris de attonita creança,
que ungira o despotismo em sangue portuguez!*

*Então a liberdade... ah! – som sem ser ouvido,
Colombo que não viu seu mundo promettido,
astro de um outro céu que ao nosso não raiou
oh! fez-se então um mytho a fôrma vã, sombria,
que deixa o livre arbitrio aos pés da monarchia,
a filha regia, vil que mata o que gerou!
(F. A. Ferreira da Luz. A Idea. 1 setembro 1874.)*

Outra frente do trabalho passou pela busca de uma nova organização do tempo histórico. A história do Brasil foi redefinida na busca de estabelecer rupturas e continuidades coerentes com o projeto republicano. Concretamente buscou-se estabelecer uma linha de continuidade entre a colônia e o império. Assim, a defesa da liberdade bem como a luta pela sua instituição entre nós tornava-se atual e urgente. Pronto. Estava aberta a porta pela qual os republicanos podiam lutar contra a monarquia em nome de um valor que esta se apresentava como portadora, garantia e promotora.

O elemento que permite apresentar o Império como continuidade da colônia foi a permanência da dinastia. Os dois imperadores do Brasil representavam mais a continuidade com a colônia no que dizia respeito à falta ou ausência de liberdade.

Mais ainda, o Sete de Setembro teria sido uma manobra ou golpe da família real para garantir sua permanência no poder a despeito da ruptura entre a colônia e Portugal. A insatisfação dos colonos, irresistível na sua recusa em aceitar as pretensões das Cortes, teria sido apropriada por Pedro I que, assumindo a condução da insatisfação com Portugal, promove a separação formal e legal com Portugal. Neste sentido, o Sete de Setembro não marcaria nem ruptura nem conquista da liberdade, mas um golpe contra as aspirações separatistas dos brasileiros ao manter no governo do Brasil a mesma dinastia que governava a metrópole. O fim do estatuto colonial foi acompanhado da permanência da subordinação à

mesma casa dinástica, o que inviabilizou que traduzisse em conquista da liberdade para os brasileiros.

A independência perdia assim seu brilho, seu *status* de marco fundador da liberdade no Brasil, representando na prática a continuidade da subordinação dos brasileiros a um governo estrangeiro. A supressão da dominação colonial não representou a criação de um governo de brasileiros para o Brasil.

O poema *Mentira de Bronze* é lapidar neste sentido por contrapor a estátua equestre de Pedro I à memória de Tiradentes.²

*Debalde a vil lisonja, o servilismo
Busca no bronze eternizar teu nome
Que o tempo só respeita e não consome
A virtude, o saber, o patriotismo.*

*Sempre credo, e falaz o despotismo
Embora dos heróis o lugar tome
Só ali ficará até que assume
Enérgica reação, nobre civismo*

*Do mártir Xavier a sombra errante
Adejaste ameaçadora sobre a frente
Sem sossego te ondar um só instante.*

*A vítima do algoz aí jaz de frente!
Quem sabe se em futuro não distante
Nova luz brilhará neste horizonte.
(A República. Seção “Correio Popular”. Rio de Janeiro. 1 outubro 1871)*

O redesenho (ou representação) do Império foi acompanhado do resgate histórico das lutas contra a dominação portuguesa ao longo do período colonial associadas às lutas contra o governo imperial. As lutas contra os governos tanto português quanto do Império aparecem como equivalentes. Esta forma de apresentar a questão destacava que, sob a ótica daqueles que ambicionavam a liberdade, o Sete de Setembro não seria um divisor de águas. A redução do *status* deste, sua diminuição, é o processo que permite apontar a continuidade da dominação, o que autorizava a indicar outra continuidade: a das lutas pela liberdade.

Neste sentido é significativo o calendário republicano reproduzido por *A República* em janeiro de 1872 (ver anexo). Mais do que um calendário civil ou uma peça utilitária para se localizar no tempo, nos dias e meses de 1872, pode ser relacionada à busca e à instituição de uma memória republicana ainda no Império. Cobrindo o período que vai de 1720 a 1851, em

²A expressão é de autoria de Pedro Luís, mas não possuímos indicações de que o poema o seja. Esta forma de se referir ao monumento tornou-se comum entre os republicanos. Sobre as representações da estátua como Colóssus ou mentira ver Argollo Valdetaro (2008:45-91).

cada mês é destacado um acontecimento da história política. Por exemplo, para janeiro temos “Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado a 13 de janeiro de 1825 – Reinado de Pedro II”, e para fevereiro, “Dr. Joaquim Nunes Machado, assassinado em combate a 2 de fevereiro de 1849. Reinado de Pedro II”.

Dois considerações nos parecem relevantes. A primeira diz respeito à economia do tempo subjacente a esta apresentação: estabelece uma linha de continuidade que atravessa o período entre as duas datas limites. Ou seja, entre dois momentos pretensamente distintos de uma mesma sociedade: o Brasil colônia e o independente. Ao proceder assim, unifica as duas temporalidades, fundindo-as em uma única. Desconsidera, desta feita, o marco da independência que separaria Colônia do Império. O que fundamenta e permite esta operação, e esta é nossa segunda consideração, parece ser a continuidade da luta contra a ausência de liberdade sob o governo monárquico, entendido como despotismo.

Os acontecimentos destacados no calendário autorizam esta leitura. Nestes, fuzilamentos (de Frei Caneca, de Padre Roma, de Padre Miguelito e de Domingos Martins), assassinatos (de Nunes Machado e de Libero Badaró), enforcamentos (de Raticliff e de Tiradentes) e o esquartejamento de Felipe dos Santos são lembrados com parte do calendário republicano na medida em que marcam momentos importantes na luta pela liberdade. O texto que destaca os protagonistas injustiçados também denuncia o perpetrador, o algoz. Houve enforcamento no reinado de Maria I, fuzilamento no de João VI e no de Pedro I e assassinato no de Pedro II. Os acontecimentos destacados têm em comum o fato de representarem diferentes manifestações da luta contra a tirania, bem como a evidência desta mesma tirania.

Esta nova economia do tempo histórico fundamenta e é complementada pela efeméride destacada para setembro: “Farça do Ypiranga, 7 de Setembro de 1822. Regência do Príncipe da Beira.” O Marco que fundamentava a associação entre o império e a liberdade é denunciado como farsa e aquele que exerce o poder não é nomeado como príncipe do Brasil, mas da Beira. Ou seja, não houve independência, conquista da liberdade, mas tão somente uma encenação, uma apropriação do discurso da liberdade por aqueles contra os quais ele era dirigido. Portanto, a Colônia e Império podem ser apresentados como a mesma coisa, o que justifica e torna legítimo, não necessariamente nesta ordem, a luta em prol da liberdade. A *continuidade* da monarquia traduz a *continuidade* do despotismo, o que justifica a *continuidade* da luta em prol da liberdade.

Esta forma de organizar o tempo tem como suposto que a repressão aos movimentos que buscavam a liberdade e de seus líderes fazem parte de um todo: o embate entre os defensores e os rivais da liberdade. É a permanência da repressão que autoriza a desconsiderar

a noção de ruptura subjacente às comemorações do Sete de Setembro. Lembremos que os poemas que tratam o Sete de Setembro como marco fundador do Brasil livre o apresentavam como o ápice, momento privilegiado e final das lutas contra a dominação portuguesa. Daí ter como efeito legitimar a coroa identificada com o monarca-herói-libertador ao mesmo tempo em que tornava as lutas anteriores como resolvidas e passado histórico.

Nesta reescrita da história, as lutas contra a dominação portuguesa e as lutas contra o Império são identificadas como lutas pela liberdade. O contraponto desta economia é que os governos português (na colônia) e imperial (no Brasil independente) se assemelham quando analisados sob o prisma da ausência de liberdade. Assim, podemos dizer que os poemas promovem também uma “republicanização” dos movimentos sociais e/ou políticos da história do Brasil até o final do século XIX.

Estes dois processos têm como centro o movimento da Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes. Estes ocupam um locus privilegiado capaz de promover três deslocamentos de suma importância. O primeiro seria o de fornecer lastro histórico às reivindicações de liberdade dos republicanos. Neste sentido se aproximaria dos demais eventos resgatados e cultuados por estes. O segundo seria o de afirmar uma pretensão de liberdade que passava pela separação de Portugal e que ainda não teria sido alcançada. Esta operação permitia apresentar a monarquia como resultante e parte da repressão portuguesa aos movimentos separatistas e/ou que lutaram pela liberdade no período colonial. Dessa forma, a independência promovida pela dinastia foi antecedida e viabilizada pela repressão da coroa portuguesa a estes movimentos. A prisão e execução dos líderes e participantes dos movimentos anteriores permitiram que a dinastia se apresentasse como a realizadora da nossa independência. A operação promovida pelos republicanos tinha, então, um duplo alcance: de um lado questionava as comemorações e saudações ao Império como início do Brasil livre e, por outro, permitia acusá-lo de continuidade, de conivente e praticante da repressão e de usurpador do sonho de liberdade dos brasileiros. Ao Império-ruptura-liberdade os republicanos constroem e fazem circular a imagem do Império-continuidade-tiranía

Se o sentido das lutas anteriores ao Sete de Setembro e a dos republicanos é comum, então as estruturas de poder contra quais se opõem também o são. As duas dimensões da similitude (entre as lutas e poder) são complementares, são manifestações da continuidade. À permanência da tirania teríamos a permanência das lutas pela liberdade.

O efeito deste processo foi fornecer um ponto de apoio para o discurso da liberdade, um novo fundamento, alternativo ao discurso do Sete de Setembro, ao discurso monárquico, portanto. Isto foi particularmente visível no resgate, leitura e (re)escrita da Inconfidência e sua

transformação em monumento. A partir de 1882 passou-se a publicar anualmente, em abril, um tablóide alusivo a Inconfidência Mineira sob o título de *Tiradentes*. O movimento de Minas representaria o sonho/projeto de liberdade ainda não realizado, uma vez que o Império e a colônia não se distinguiriam. No território comum da idéia de liberdade e sua associação à separação de Portugal, 1822, a forma concreta como esta ocorreu, pôde ser contraposta a 1789, como deveria ter ocorrido. Por ter sido reprimido por aqueles que promoveram 1822, 1789 continuava atual, seria um projeto pelo qual ainda teríamos de lutar. O fato de a dinastia não estar mais além-mar e o Brasil não ser mais uma colônia não mudava o essencial: a busca/instituição da liberdade, ainda que tardia. Mesmo que este *tardia* correspondesse a quase 100 anos.

História, progresso e evolução são tratados como equivalentes, uma trindade laica que promete um futuro grandioso, em último caso, por ser mais do que o presente. As iniciativas e avaliações do presente informam e são informadas pelo olhar colocado adiante no tempo. A referência no futuro e a idéia de progresso permitem contestar a organização do Império, servem de contraponto e medida do que existe, do instituído. Assim, o presente assume por antecipação uma roupagem de passado, perde sua atualidade, aparecendo como algo que deve e que será superado. O futuro assume assim uma dupla significação: indica um tempo e uma organização. Os textos, ao tomar o futuro como foco, promovem o abandono do passado como referência existencial. O passado e o presente não nos aprisionariam e limitariam nossas possibilidades históricas, não estabeleciam limites, pelo contrário, abriam possibilidades e impunham modificações. Esta mudança epistemológica ou de referencial liberta o homem do passado, da história, e traduz a incorporação de uma sensibilidade própria do século XIX. Se o tempo é mudança constante, se futuro sempre traz mais e novas alterações, a não modificação significa permanecer no passado. Nesta chave, antecipação do futuro ou iniciativas no sentido de acelerar a história é positiva. Acelerar a história não é acelerar o tempo, mas agir no sentido de instituir ou criar condições para a realização das práticas e sociabilidade positivas que o futuro, sempre visto como positivo, promete.

Esta perspectiva vista nos poemas republicanos tem como efeito transformar o presente em passado. Se o futuro é toda esta promessa, o presente assume por antecipação a imagem de atraso e tradição arcaica, negação do futuro por ser continuidade do passado. A lógica temporal é assim subvertida em função de um projeto que pretende substituir o existente em um futuro próximo em nome de uma continuidade com as lutas do passado. O porvir está sendo atado ao passado e dissociado com o presente. No limite, esta economia do tempo vai produzir e colocar em circulação a imagem do Império como o arcaico e anti-moderno, explorando ao máximo os cabelos brancos de Pedro II.

Os monarquistas vão buscar outra relação com o tempo. Para estes, a relação passado, presente e futuro se dá em outros termos. A legitimidade monárquica resulta de uma economia do tempo que afirma ser o presente fruto de uma ruptura com o passado colonial. O Império é a sociedade brasileira que resultou de sua libertação do jugo colonial. No limite, seria a própria libertação da sociedade brasileira e seu nascimento enquanto tal. O futuro que nos aguarda nesta lógica seria a continuidade do presente, ou seja, a evolução da atual organização política e social. Em termos concretos, a monarquia entraria no século XX na forma de um terceiro reinado. O presente já seria o futuro.

Em que pesem as distinções, há um elemento comum: a história só teria dois tempos, o passado e o futuro, mediados pela idéia de ruptura. O primeiro indicaria o arcaico, o antigo que não queremos; o segundo indicaria o moderno, o progresso que buscamos. A diferença entre monarquistas e republicanos, neste caso, resulta de onde o presente é colocado, se no passado ou no futuro. O presente antecede a ruptura (perspectiva dos republicanos) ou dela resulta (visão dos monarquistas). O princípio ordenador destas duas visões é a noção de rompimento, existindo somente o antes e o depois deste. Este rompimento marcaria a passagem do Brasil arcaico para o Brasil moderno, ou melhor, indicaria a entrada do Brasil na civilização, na era do progresso.

Os monarquistas trabalham o presente como produto e evidência de ruptura com o passado, seria sua efetivação. Os republicanos pensam o presente monárquico como prova da continuidade com o passado, a ruptura seria neste caso uma promessa do futuro. Ambos buscam na história e na organização do tempo a lógica para legitimar suas propostas políticas.

Referências

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARGOLLO VALDETARO, Zina Maria de Teive e. *Lições da ciência do belo: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros*. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BAKHTIN, Michael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São paulo: Hucitec, 1999
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987
- _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987
- MENDONÇA, Lúcio de. “A republica pela monarchia”. *A Caminho*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1905. pp. 16-23.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996

